



SONAE INDÚSTRIA, SGPS, S.A.

Sede social: Lugar do Espido, Via Norte, Maia, Portugal
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Maia
Número Único de Matrícula e de Pessoa Colectiva 506 035 034
Capital Social: 700 000 000 euros
Sociedade Aberta

RELATÓRIO DE ACTIVIDADE
E
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

JANEIRO – JUNHO 2011

**SEGUNDO A NORMA INTERNACIONAL DE CONTABILIADE 34 – RELATO
FINANCEIRO INTERCALAR**



INDICE

RELATÓRIO DE ACTIVIDADE

- 1- MENSAGEM DE CARLOS BIANCHI DE AGUIAR, PRESIDENTE EXECUTIVO**
- 2- DESEMPENHO FINANCEIRO NO 1º. SEMESTRE DE 2011**
- 3- ANÁLISE POR ÁREA GROGRÁFICA**
 - 3.1. Península Ibérica**
 - 3.2. Europa Central (Alemanha, França e Reino Unido)**
 - 3.3. Resto do Mundo (Canadá e África do Sul)**
- 4- ANÁLISE FINANCEIRA 1º. SEMESTRE DE 2011**
- 5- PERSPECTIVAS FUTURAS**

ANEXOS NOS TERMOS DO ART. 9º DO REGULAMENTO DA CMVM Nº. 5/2008 E DECLARAÇÃO EMITIDA NOS TERMOS DO ART. 246º DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS

Participações Qualificadas (art. 9º., nº. 1, c)) do Regulamento da CMVM nº. 5/2008

Informação dos Órgãos Sociais (art. 9º, nº. 1, a)) do Regulamento da CMVM nº. 5/2008

Declaração emitida nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do nº1 do Art. 246º do Código dos Valores Mobiliários

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Demonstrações consolidadas de posição financeira

Demonstrações consolidadas de resultados por naturezas

Demonstrações consolidadas do rendimento integral

Demonstrações consolidadas de alterações no capital próprio

Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas

RELATÓRIO DE ACTIVIDADE

1. Mensagem de Carlos Bianchi de Aguiar, Presidente Executivo

“É com satisfação que divulgamos, hoje, o melhor desempenho operacional trimestral alcançado nos últimos três anos. No 2T11, obtivemos 35 milhões de euros de EBITDA recorrente, o que representa quase 10% do volume de negócios. O volume de vendas aumentou 2%, quando comparado com o 1T11, o volume de negócios foi de 356 milhões de Euros e a utilização da capacidade instalada aumentou para 80%, sendo o maior valor trimestral desde 2007. De facto, caso não tivéssemos de ter constituído provisões não operacionais no valor de 25 milhões de Euros, teríamos registado um pequeno lucro líquido no 2T11.

A melhoria do desempenho operacional, alcançada no 2T11, é resultado de uma combinação de vários factores. De entre os mais importantes, destaca-se a maior flexibilidade da organização, alcançada no seguimento do processo de reestruturação implementado em anos anteriores; melhores condições de mercado em alguns dos principais mercados onde operamos; e os programas de eficiência que estão a ser implementados após a adopção, no ano passado, de uma organização matricial. A redução de custos de energia, nesta altura do ano, também teve uma contribuição importante. No entanto, estou confiante, que a meta que estabelecemos, no início de 2011, de redução de custos através de aumentos de eficiência em processos e em melhorias industriais, será alcançada ou até mesmo ultrapassada.

Apesar da gestão do fundo de maneo continuar a ser uma das nossas prioridades, houve um aumento de 22 milhões de Euros durante o 2T11, devido a um volume de vendas superior e à constituição de stocks para as paragens anuais. No entanto, a Dívida Líquida manteve-se estável em 728 milhões de euros.

Conforme anunciado no início deste mês, contratamos um financiamento no valor de 81 milhões de dólares canadianos na Tafisa Canadá, com vista a diversificar as fontes de financiamento e adaptar o perfil de amortização da dívida à geração de *cash flow* esperado.

No seguimento do comunicado publicado a 13 de Junho relativo a um incêndio na área de armazenamento e de preparação de partículas na fábrica de Knowsley, no Reino Unido, iniciamos o projecto de reconstrução que está previsto finalizar no 1S12. Estamos confiantes de que este investimento irá melhorar o desempenho operacional nesta fábrica. Continuamos totalmente comprometidos com este mercado e, durante o processo de reconstrução, iremos fornecer placas aos nossos clientes do Reino Unido através de outras fábricas na Europa.

Esta é a última vez que me dirijo como CEO da Sonae Indústria. Foi para mim um privilégio liderar a Sonae Indústria e ter a oportunidade de trabalhar com todos os nossos colaboradores e outros *stakeholders*. Passamos por momentos complicados e tivemos que tomar decisões difíceis. Estou confiante que a Sonae Indústria está na direcção certa e irá sair deste período mais forte que nunca. Gostaria de deixar os meus sinceros agradecimentos a todos vós.”

2. Desempenho Financeiro

- Comparando o 2T11 com o 1T11:
 - Volume de Negócios aumentou 1%, para 356 milhões de Euros
 - EBITDA recorrente duplicou para 35 milhões de Euros
 - Prejuízos aumentaram para 24 milhões de euros, inteiramente devido à constituição de provisões não operacionais no valor de 25 milhões de Euros

- Comparando o 1S11 com o 1S10:
 - Volume de Negócios aumentou 7%, de 659 para 708 milhões de Euros
 - Margem EBITDA recorrente recuperou 3pp alcançando 7%

	(milhões euros)			1T11 /	1T11	(milhões de euros)		
	2T10	1T11	2T11	1T10	/4T10	1S10	1S11	2011/ 2010
Volume de negócios consolidado	339	352	356	5%	1%	659	708	7%
EBITDA	24	17	34	40%	99%	18	51	186%
EBITDA excluindo itens não-recorrentes	22	18	35	59%	101%	29	53	82%
Margem EBITDA % excluindo itens não-recorrentes	6,5%	5,0%	9,9%			4,4%	7,4%	
Resultado Líquido atribuível aos Accionistas	(6)	(21)	(24)	(289%)	(16%)	(41)	(45)	(10%)
Dívida Líquida Consolidada	732	729	728	(1%)	(0%)	732	728	(1%)

3. Análise por Área Geográfica

3.1. Península Ibérica

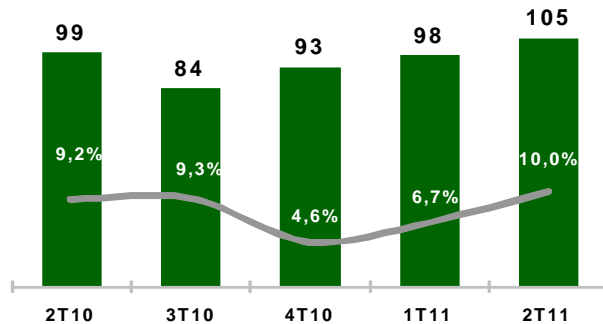
A Península Ibérica continuou a enfrentar condições de mercado adversas, particularmente devido à situação macroeconómica e às conseqüentes medidas de austeridade, que estão a provocar uma fraca procura. As licenças de construção para novas habitações em Portugal estão ainda 18%¹ abaixo dos valores do ano passado (em termos homólogos) bem como em Espanha (12%² em termos homólogos).

No entanto, o volume de vendas a partir da Península Ibérica no 2T11, em relação ao 1T11, recuperou 6%, e o volume de negócios aumentou 7% para 105 milhões de euros. Adicionalmente, a utilização da capacidade instalada aumentou 6pp, o que permitiu uma melhor diluição dos custos fixos. Conseqüentemente, a margem de EBITDA recorrente recuperou 3pp alcançando 10%.

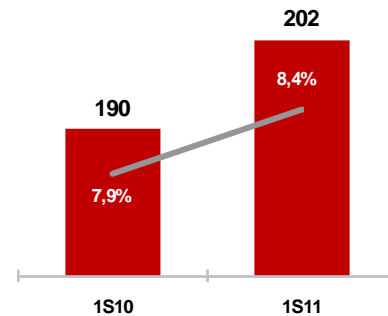
¹ Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Julho 2011 (para o período entre Jan. e Maio)

² Fonte: *Ministerio de Fomento*, Junho 2011 (para o período entre Jan. e Maio.)

€ Mn Volume de Negócios e Margem EBITDA Recorrente Península Ibérica



€ Mn Volume de Neg. e Margem EBITDA Recorrente Pen. Ibérica



Comparando o 1S11 com o 1S10, o volume de vendas da Península Ibérica aumentou 2%, e o volume de negócios subiu 6% para 202 milhões de Euros. No entanto, a margem EBITDA recorrente manteve o nível de 8%, devido aos custos de produção terem sido 9% mais elevados.

3.2. Europa Central (Alemanha, França e Reino Unido)

Na Alemanha, a actividade tem vindo a aumentar, impactando positivamente o volume de negócios da Europa Central. Adicionalmente, a margem de EBITDA recorrente está a recuperar, o que demonstra a eficácia do processo de reestruturação implementado e a obtenção de margens operacionais mais elevadas.

Na **Alemanha**, as licenças de construção para novos edifícios foram 33%³ acima do período homólogo, o que indica que o mercado está a recuperar. Durante o 2T11, comparado com o 1T11, o volume de vendas manteve-se num nível elevado, a utilização da capacidade instalada atingiu 93% e o volume de negócios cresceu 2%. Estes efeitos combinados levaram a uma subida da margem de EBITDA recorrente.

Comparando 1S11 com 1S10, o volume de vendas aumentou 5% e o volume de negócios subiu 16%. Este efeito, combinado com uma maior eficiência operacional levou a um aumento na margem EBITDA recorrente de 6pp, apesar de custos variáveis mais elevados.

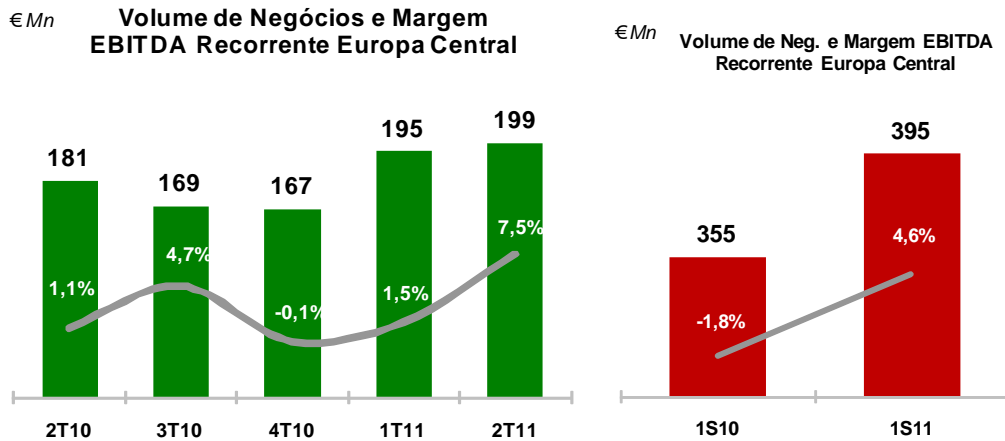
Em **França**, a procura de produtos para construção e mobiliário continua fraca, havendo no entanto algumas tendências positivas, como é o caso das licenças de construção de novas habitações que subiram 13%⁴, quando comparado com o mesmo período do ano anterior. Comparando o 2T11, com o 1T11, o volume de vendas manteve-se no mesmo nível, o volume de negócios aumentou 3% e a utilização da capacidade instalada atingiu 74%. Este efeito, combinado com maiores eficiências operacionais, teve um impacto positivo na margem de EBITDA recorrente que recuperou para 2%.

Comparando o 1S11 com o 1S10, o volume de vendas aumentou 15% e a utilização da capacidade instalada subiu 12pp, numa base comparável (excluindo o volume de negócios e

³ Fonte: *German Federal Statistical Office*, Julho 2011 (para o período entre Jan. e Maio)

⁴ Fonte: *Service économie statistiques et prospective (Ministère de l'Écologie, de l'Énergie, du Développement durable et de l'Aménagement du territoire)*, Junho 2011 (para o período entre Jan. e Maio)

de vendas gerado pela fábricas de Lure⁵). Isto possibilitou uma melhor diluição de custos fixos, o que combinado com maiores eficiências operacionais, permitiu recuperar 9pp na margem EBITDA recorrente.



No **Reino Unido**, as medidas de austeridade decretadas pelo governo, ainda estão a contrair a procura. No entanto, as encomendas para novas habitações recuperaram 5%⁶ quando comparado com o período homólogo. No 2T11, ocorreu um incêndio na fábrica do Reino Unido o que interrompeu a actividade normal de produção em Junho. Isto levou a uma diminuição da utilização da capacidade durante 2T11, resultando numa redução do EBITDA recorrente.

Na **Europa Central**, do 1T11 para o 2T11, o volume de negócios aumentou 2% para 199 milhões de Euros e a margem EBITDA recorrente subiu 6pp, tendo sido beneficiada por melhores condições de mercado e maiores eficiências operacionais. Quando comparando o 1S11 com o 1S10, apesar de termos vendido a fábrica de Lure que representava 11% da capacidade de produção nesta região, o volume de negócios subiu 11% e a margem EBITDA recorrente aumentou 6pp, o que ilustra a eficácia do processo de reestruturação implementado.

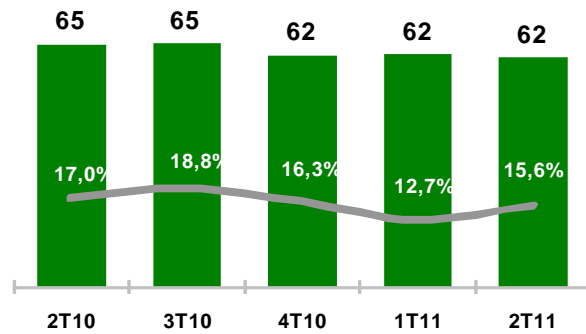
3.3. Resto do Mundo (Canadá e África do Sul)

O desempenho no Canadá e África do Sul, reflecte a conjugação de distintas tendências do mercado e dos impactos específicos, o que dificulta comparações directas.

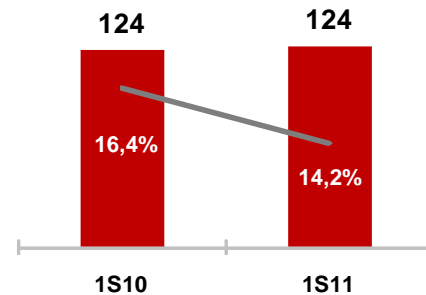
⁵ A fábrica de Lure foi vendida em Abril de 2010.

⁶ Fonte: *Office for National Statistics UK*, Junho 2011 (para o período entre Jan. e Março)

€Mn **Volume de Negócios e Margem EBITDA Recorrente Resto do Mundo**



€Mn **Volume de Neg. e Margem EBITDA Recorrente Resto do Mundo**



Na **América do Norte**, a construção de novas habitações, caiu 9%⁷ nos EUA e 5%⁸ no Canadá, o que demonstra um abrandamento do mercado quando comparado com 2010. O volume de vendas no 2T11 está 3% acima do 1T11, o volume de negócios (em moeda local) ficou 6% acima do 1T11 e a margem de EBITDA recorrente recuperou 2pp.

O volume de negócios no 1S11 em moeda local está 5% abaixo, quando comparado com o 1S10, o que combinado com custos variáveis mais elevados, levou a uma queda de 3pp na margem de EBITDA recorrente. No entanto, o negócio de produtos de valor acrescentado continua a crescer.

Na **África do Sul**, as licenças de construção residencial registaram um crescimento de 10%⁹. O volume de vendas no 2T11 quando comparado com o 1T11 diminuiu 5%, e o volume de negócios em moeda local caiu 4%. No entanto, o EBITDA recorrente no 2T11 recuperou em 5pp, suportado em menores custos.

Comparando o 1S11 com o 1S10, o volume de vendas aumentou 7% e o volume de negócios, em moeda local, cresceu 5%. No entanto, a margem de EBITDA recorrente ficou 1pp abaixo, em resultado dos custos de produção mais elevados, principalmente o custo da madeira e de electricidade.

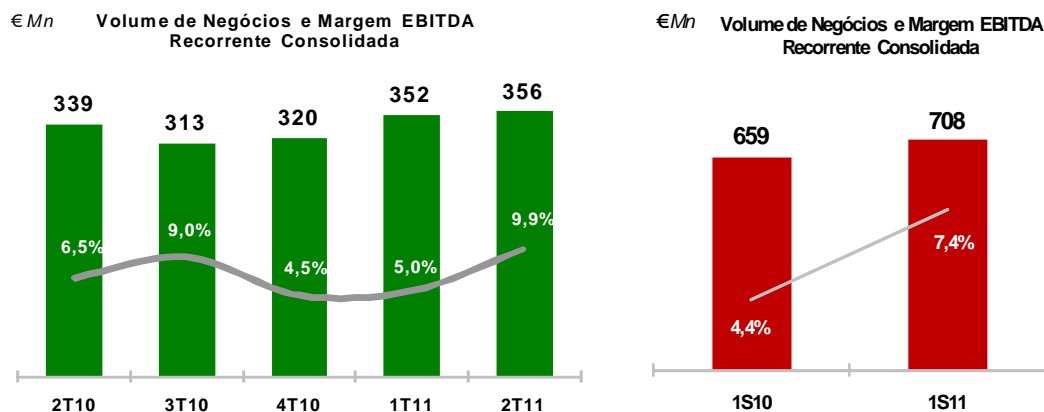
O Volume de Negócios no **Resto do Mundo** no 2T11 manteve-se estável, quando comparado com o 1T11, totalizando 62 milhões de Euros, e a margem de EBITDA recorrente aumentou 3pp para 16%. Comparando 1S11 com 1S10, o volume de negócios manteve-se estável, e a margem de EBITDA recorrente diminuiu 2pp para 14%, devido a custos variáveis mais elevados.

⁷ Fonte: RISI Junho 2011 (entre Janeiro e Maio, em relação ao mesmo período do ano transacto)

⁸ Fonte: *Canada Mortgage and Housing Corporation*, Julho 2011 (entre Janeiro e Maio, em relação ao mesmo período do ano transacto)

⁹ Fonte: *Statistics South Africa*, Junho 2011 (entre Janeiro e Abril, relativamente ao período homólogo)

4. Análise Financeira no 1S11



No 2T11, o Volume de Negócios Consolidado atingiu 356 milhões de Euros, o que representa um ligeiro aumento face ao 1T11. A margem de EBITDA recorrente subiu 5pp para 10%. Esta melhoria resulta principalmente de um mercado mais forte e de ganhos de eficiência operacionais na Alemanha e em França. O EBITDA não recorrente foi de cerca de 1 milhão de Euros negativo, o qual inclui parte dos custos incorridos com o incêndio na fábrica de Knowsley que não se espera recuperar com o seguro.

	(milhões euros)			1T11 / 1T10		1T11 / 4T10		(milhões de euros)		% var 2011/2010
	2T10	1T11	2T11	1T11 / 1T10	1T11 / 4T10	1S10	1S11			
Volume de negócios consolidado	339	352	356	5%	1%	659	708	7%		
Outros Proveitos Operacionais	25	9	12	(53%)	36%	45	20	(55%)		
EBITDA	24	17	34	40%	99%	18	51	186%		
EBITDA excluindo itens não-recorrentes	22	18	35	59%	101%	29	53	82%		
Margem EBITDA % excluindo itens não-recorrentes	6,5%	5,0%	9,9%			4,4%	7,4%			
Amortizações e depreciações	(22)	(22)	(22)	3%	1%	(52)	(44)	16%		
Provisões e Perdas de Imparidade	(4)	(7)	(28)		(291%)	(8)	(35)	(352%)		
Resultados Operacionais	7	(7)	(10)	(232%)	(33%)	(17)	(17)	(4%)		
Encargos Financeiros Líquidos	(12)	(11)	(14)	(16%)	(21%)	(22)	(25)	(11%)		
Dos quais Juros Líquidos	(6)	(6)	(7)	(22%)	(16%)	(11)	(14)	(20%)		
Dos quais Descontos Financeiros Líquidos	(4)	(3)	(3)	5%	(16%)	(6)	(6)	2%		
Resultados antes de Impostos	(4)	(19)	(23)		(26%)	(39)	(42)	(7%)		
Impostos	(2)	(3)	(1)	41%	56%	(2)	(4)	(55%)		
Dos quais Impostos Correntes	(1)	(1)	(0)	63%	24%	(1)	(1)	18%		
Resultado Líquido atribuível aos Accionistas	(6)	(21)	(24)	(289%)	(16%)	(41)	(45)	(10%)		

Comparando com o 1S10, o Volume de Negócios Consolidado no 1S11 subiu 7%, apesar da redução de aproximadamente 5% da capacidade instalada e da perda de 1% do volume de vendas. A margem de EBITDA Recorrente subiu 3pp alcançando 7% do Volume de Negócios, ilustrando a eficácia do processo de reestruturação implementado e um mercado mais forte na Alemanha e em França.

Os juros líquidos no 2T11 estão acima dos valores de 1T11, devido às taxas de juro mais elevadas.

No 2T11, o Activo Fixo aumentou 6 milhões de Euros, essencialmente em resultado de investimentos de manutenção, segurança, saúde e ambientais.

	(milhões euros)		
	2010	1T 11	1S 11
Activos Não Correntes	1.135	1.103	1.081
Imobilizações Corpóreas	984	953	935
Goodwill	94	93	93
Impostos Diferidos Activos	40	38	36
Outros Activos Não Correntes	17	19	17
Activos Correntes	351	383	398
Existências	129	138	147
Clientes	159	202	202
Caixa e Investimentos	27	11	14
Outros Activos Correntes	35	33	34
Total do Activo	1.486	1.486	1.478
Capitais Próprios	298	269	244
Interesses Minoritários	1	1	0
Capitais Próprios + Interesses Minoritários	299	270	244
Dívidas a Terceiros	745	740	742
CP	175	140	116
MLP	570	599	626
Fornecedores	152	185	174
Outros Passivos	290	291	318
Total do Passivo	1.187	1.216	1.234
Total do Passivo, Capitais Próprios e Interesses Minoritários	1.486	1.486	1.478

O fundo de maneio¹⁰ aumentou em 22 milhões de Euros, durante o 2T11, devido principalmente à constituição de stocks, no valor de 10 milhões de Euros, para paragens anuais de verão.

Durante o 2T11, o nível de dívida líquida manteve-se estável. Comparando com o 1S10, a dívida líquida reduziu em 4 milhões de Euros. O rácio Dívida Líquida para EBITDA recorrente cai de 13,0x há um ano atrás para 7,7x nos últimos 12 meses

A constituição da provisão não operacional no montante de 25 milhões de Euros prende-se com o facto da Glunz AG ter ajustado com a Autoridade da Concorrência Alemã os termos de um acordo que porá fim ao processo de investigação em curso, conforme já anunciado.

Conforme já divulgado, a nossa subsidiária canadiana Tafisa Canada Inc. contratou um financiamento sindicado no montante máximo de 81.000.000 de dólares canadianos. Este financiamento tem um prazo de cinco anos e um perfil de amortização adequado ao cash flow operacional esperado para a Tafisa Canada Inc. neste período. Não é expectável que este financiamento aumente o actual custo médio da dívida.

¹⁰ Fundo de Maneio = Existências + Clientes - Fornecedores

5. Perspectivas futuras

Esperamos continuar a registar os recentes níveis de margem de EBITDA recorrente alcançados, com base em ganhos de eficiência operacional e num forte mercado na região da Europa Central. No entanto, a actividade do 3T11 é susceptível de ser afectada pelas paragens normais de verão.

Iremos continuar a focar-nos em iniciativas para alcançar melhorias operacionais, controlar o fundo de maneo e desalavancar o balanço.

O Conselho de Administração



**ANEXOS NOS TERMOS DO ART. 9º DO REGULAMENTO
DA CMVM Nº. 5/2008**

E

**DECLARAÇÃO EMITIDA NOS TERMOS DO ART 246 DO
CODIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS**

PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

Cumprimento do disposto no Artº 9º, nº 1, alínea c) do Regulamento da CMVM nº 5/2008

Accionista	Nº de ações	% Capital Social	% Direitos de Voto
Efanor Investimentos, SGPS, SA			
Directamente	44,780,000	31.9857%	31.9857%
Através da Pareuro, BV (dominada pela Efanor)	27,118,645	19.3705%	19.3705%
Através de Maria Margarida Carvalhais Teixeira de Azevedo (administradora da Efanor)	1,010	0.0007%	0.0007%
Através de Nuno Miguel Teixeira de Azevedo (administrador da Efanor e detidas por descendente)	711	0.0005%	0.0005%
Através de Duarte Paulo Teixeira de Azevedo (administrador da Efanor e detidas por descendente)	223	0.0002%	0.0002%
Através da Migracom, SGPS, SA(sociedade dominada pelo administrador da Efanor, Paulo Azevedo)	90,000	0.0643%	0.0643%
Através da Linhacom, SGPS, SA(sociedade dominada pela administradora da Efanor, Cláudia Azevedo)	23,186	0.0166%	0.0166%
Total de Imputação	72,013,775	51.4384%	51.4384%

Informação dos Órgãos Sociais

Data	Aquisições		Alienações		Saldo em
	Quantidade	Valor Md. €	Quantidade	Valor Md. €	30.06.2011
					Quantidade
Belmiro Mendes de Azevedo					
					49,999,997
					1,010
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo					
					1
					1,969,996
					223
Carlos Bianchi de Aguiar					
					720
Rui Manuel Gonçalves Correia					
					12,500
João Paulo dos Santos Pinto					
					407
Agostinho Conceição Guedes					
					2,520
Data	Aquisições		Alienações		Saldo em
	Quantidade	Valor Md. €	Quantidade	Valor Md. €	3.06.2011
					Quantidade
(1) Efanor Investimentos, SGPS, SA					
					44,780,000
					2,000,000
(2) Migracom, SGPS, SA					
					90,000
					150,000
(3) Pareuro, BV					
					27,118,645
(4) Imparfin, SGPS, SA					
					278,324

**Declaração emitida nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do
nº1 do Art. 246º do Código dos Valores Mobiliários**

Nos termos do disposto na alínea c) do nº1 do Artigo 246º do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração da Sonae Indústria, SGPS, SA declaram que, tanto quanto é do nosso conhecimento:

- a) As demonstrações financeiras condensadas a 30 de Junho de 2011 foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da sociedade e das sociedades incluídas no perímetro de consolidação; e
- b) o relatório de gestão intercalar contém uma indicação dos acontecimentos importantes que ocorreram no 1º semestre do ano de 2011 e o impacto dos mesmos nas respectivas demonstrações financeiras, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas para os seis meses seguintes.

Belmiro Mendes de Azevedo

Álvaro Cuervo Garcia

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Knut Thomas Alarik Nysten

Carlos Francisco de Miranda Guedes Bianchi de Aguiar

Rui Manuel Gonçalves Correia

Christophe Chambonnet

João Paulo dos Santos Pinto



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

SONAE INDÚSTRIA, S.G.P.S., S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DE POSIÇÃO FINANCEIRA EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em euros)

ACTIVO	Notas	30.06.2011	31.12.2010
ACTIVOS NÃO CORRENTES:			
Activos fixos tangíveis	5	935 094 102	983 531 105
Diferenças de consolidação		92 953 651	93 999 204
Activos fixos intangíveis	5	8 692 815	10 119 422
Propriedades de investimento		1 379 602	1 401 731
Investimentos em associadas e empresas excluídas da consolidação		2 361 360	2 683 341
Investimentos disponíveis para venda		1 012 909	1 031 189
Activos por impostos diferidos	6	36 179 180	40 182 950
Outros activos não correntes		2 101 594	919 720
Total de activos não correntes		<u>1 079 775 213</u>	<u>1 133 868 662</u>
ACTIVOS CORRENTES:			
Existências		147 154 879	129 459 556
Clientes		202 175 025	159 041 460
Outras dívidas de terceiros		8 634 135	14 049 685
Estado e outros entes públicos		11 680 444	9 504 284
Outros activos correntes	7	13 995 299	11 663 953
Caixa e equivalentes de caixa	8	13 881 067	26 915 003
Total de activos correntes		<u>397 520 849</u>	<u>350 633 941</u>
Activos não correntes detidos para venda		969 049	1 092 209
TOTAL DO ACTIVO		<u><u>1 478 265 111</u></u>	<u><u>1 485 594 812</u></u>
CAPITAL PRÓPRIO, INTERESSES MINORITÁRIOS E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social		700 000 000	700 000 000
Reserva legal		3 131 757	3 131 757
Outras reservas e resultados acumulado		- 447 832 289	- 402 853 822
Outro rendimento integral acumulado		- 11 728 070	- 2 609 633
Total		<u>243 571 398</u>	<u>297 668 302</u>
Interesses Minoritários		429 900	1 105 065
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		<u><u>244 001 298</u></u>	<u><u>298 773 367</u></u>
PASSIVO:			
PASSIVOS NÃO CORRENTES:			
Empréstimos bancários de longo prazo - líquidos da parcela de curto prazo	9	173 801 260	132 402 184
Empréstimos obrigacionistas não convertíveis - líquidos da parcela de curto prazo	9	300 816 824	301 063 535
Credores por locações financeiras - líquidos da parcela de curto prazo	9	41 637 525	43 539 714
Outros empréstimos	9	109 247 691	93 307 071
Benefícios pós-emprego		25 337 514	25 583 340
Outros passivos não correntes		58 480 633	62 358 212
Passivos por impostos diferidos	6	66 736 867	70 589 486
Provisões	12	39 392 404	9 257 411
Total de passivos não correntes		<u>815 450 718</u>	<u>738 100 953</u>
PASSIVOS CORRENTES:			
Parcela de curto prazo dos empréstimos bancários de longo prazo	9	89 366 760	144 443 713
Empréstimos bancários de curto prazo	9	22 316 198	25 583 321
Parcela de curto prazo dos credores por locações financeiras de longo prazo	9	4 532 003	4 468 308
Outros empréstimos	9	78 871	79 615
Fornecedores		173 967 463	152 135 488
Estado e outros entes públicos		17 691 828	12 983 549
Outros passivos correntes	11	109 618 719	102 650 824
Provisões	12	1 241 253	6 375 674
Total de passivos correntes		<u>418 813 095</u>	<u>448 720 492</u>
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		<u><u>1 478 265 111</u></u>	<u><u>1 485 594 812</u></u>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas

O Conselho de Administração

SONAE INDÚSTRIA, S.G.P.S., S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DE RESULTADOS POR NATUREZAS

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em euros)

	Notas	30.06.2011	2º. Trim. 11	30.06.2010	2º. Trim. 10	30.06.2010 Reapresentado
Proveitos operacionais:						
Vendas	17	706 160 153	355 920 028	656 079 517	337 139 084	656 079 517
Prestações de serviços	17	1 752 846	417 219	2 995 024	1 554 428	2 995 024
Outros proveitos operacionais	13	20 270 040	11 688 384	44 937 050	24 606 293	46 393 287
Total de proveitos operacionais		728 183 039	368 025 631	704 011 591	363 299 805	705 467 828
Custos operacionais						
Custo das vendas		370 954 205	183 568 733	332 508 663	168 288 844	332 508 663
Variação da produção		- 12 670 732	- 8 411 603	- 7 895 553	- 5 099 891	- 7 895 553
Fornecimentos e serviços externos		188 222 660	91 460 286	193 628 356	96 173 772	193 628 356
Custos com o pessoal		113 525 416	58 317 665	135 665 803	65 239 299	135 665 803
Amortizações e depreciações		43 504 055	21 626 501	51 529 670	22 383 629	51 529 670
Provisões e perdas por imparidade	12	34 840 204	27 745 523	7 715 321	4 441 599	7 715 321
Outros custos operacionais	14	6 999 928	3 523 975	7 459 982	4 461 595	8 377 654
Total de custos operacionais	17	745 375 736	377 831 080	720 612 242	355 888 847	721 529 914
Resultados operacionais		- 17 192 697	- 9 805 449	- 16 600 651	7 410 958	- 16 062 086
Proveitos financeiros						
Proveitos financeiros	15	16 226 547	5 658 275	28 767 967	11 362 709	27 311 730
Custos financeiros						
Custos financeiros	15	40 913 411	19 176 400	51 072 242	22 993 071	50 154 570
Resultados relativos a empresas associadas						
Resultados relativos a empresas associadas		- 20 728	- 45 373	- 140 717	- 169 532	- 140 717
Resultados relativos a investimentos						
Resultados relativos a investimentos		-	- 127	-	-	-
Resultado antes de impostos		- 41 900 289	- 23 369 074	- 39 045 643	- 4 388 936	- 39 045 643
Imposto sobre o rendimento						
Imposto sobre o rendimento	16	3 774 768	1 158 503	2 427 633	1 970 105	2 427 633
Resultado depois de impostos		- 45 675 057	- 24 527 577	- 41 473 276	- 6 359 041	- 41 473 276
Resultados de operações em descontinuação após impostos						
Resultados de operações em descontinuação após impostos		-	-	-	-	-
Resultado consolidado do exercício		- 45 675 057	- 24 527 577	- 41 473 276	- 6 359 041	- 41 473 276
Atribuível a:						
Accionistas da Empresa-Mãe		- 45 111 538	- 24 219 351	- 40 918 033	- 6 228 721	- 40 918 033
Interesses Minoritários		- 563 519	- 308 226	- 555 243	- 130 320	- 555 243
Resultados por acção						
Excluindo operações em descontinuação						
Básico		- 0.3222	- 0.1730	- 0.2923	- 0.0445	- 0.2923
Diluído		- 0.0040	0.1452	- 0.2923	- 0.0445	- 0.2923
Das operações em descontinuação						
Básico		-	-	-	-	-
Diluído		-	-	-	-	-

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

SONAE INDÚSTRIA, S.G.P.S., S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em euros)

	30.06.2011	2º Trim. 2011	30.06.2010	2º Trim. 2010
	Montantes reclassificados		Montantes reclassificados	
Resultado líquido do período (a)	- 45 675 057	- 24 527 577	- 41 473 276	- 731 150
Outro rendimento integral				
Variação da reserva de conversão monetária	- 9 209 359	- 2 240 422	21 230 941	9 938 455
Variação no justo valor dos activos disponíveis para venda	- 20 773	- 20 773		
Variação no justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de fluxos de caixa			796 406	731 150
Ganhos relativos a reavaliações de imobilizado				508 275
Ganhos / (perdas) actuariais em planos de benefícios definidos				
Quota-parte de outro rendimento integral de associadas				
Imposto relativo às componentes de outro rendimento integral				
Outro rendimento integral líquido do período (b)	- 9 230 132	- 2 261 195	22 027 347	731 150
Rendimento integral total do período (a) + (b)	- 54 905 189	- 26 788 772	- 19 445 929	4 087 689
Rendimento integral total atribuível a:				
Accionistas da Empresa-mãe	- 54 228 875	- 26 454 113	- 19 152 619	4 093 593
Interesses minoritários	- 676 314	- 334 659	- 293 310	- 5 904
	- 54 905 189	- 26 788 772	- 19 445 929	4 087 689

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

SONAE INDÚSTRIA, S.G.P.S., S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DE ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS EM 31 DE JUNHO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em euros)

Notas	Outro rendimento integral acumulado						Total dos Capitais Próprios atribuíveis aos accionistas da Empresa-mãe	Interesses minoritários	Total dos capitais próprios	
	Capital Social	Reserva legal	Outras reservas e resultados acumulados	Conversão monetária	Activos disponíveis para venda	Derivados de cobertura de fluxos de caixa				Subtotal
Saldo em 1 de Janeiro de 2010	700 000 000	2 737 181	- 326 976 317	-21 365 240		-1 413 513	-22 778 753	352 982 111	1 703 556	354 685 667
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior		394 576	- 394 576							
Rendimento integral total										
Resultado líquido do período			-40 918 033					- 40 918 033	- 555 243	- 41 473 276
Outro rendimento integral do período				20 969 008		796 406	21 765 414	21 765 414	261 933	22 027 347
Total			-40 918 033	20 969 008		796 406	21 765 414	-19 152 619	- 293 310	-19 445 929
Outros			- 379 103					- 379 103	468 727	89 624
Saldo em 30 de Junho de 2010	<u>700 000 000</u>	<u>3 131 757</u>	<u>-368 668 029</u>	<u>- 396 232</u>		<u>- 617 107</u>	<u>-1 013 339</u>	<u>333 450 389</u>	<u>1 878 973</u>	<u>335 329 362</u>

Notas	Outro rendimento integral acumulado						Total dos Capitais Próprios atribuíveis aos accionistas da Empresa-mãe	Interesses minoritários	Total dos capitais próprios	
	Capital Social	Reserva legal	Outras reservas e resultados acumulados	Conversão monetária	Activos disponíveis para venda	Derivados de cobertura de fluxos de caixa				Subtotal
Saldo em 1 de Janeiro de 2011	700 000 000	3 131 757	- 402 853 822	- 2 700 120	90 487		-2 609 633	297 668 302	1 105 065	298 773 367
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior										
Rendimento integral total										
Resultado líquido do período			-45 111 538					- 45 111 538	- 563 519	- 45 675 057
Outro rendimento integral do período				-9 096 817	- 20 520		-9 117 337	- 9 117 337	- 112 795	- 9 230 132
Total			-45 111 538	-9 096 817	- 20 520		-9 117 337	- 54 228 875	- 676 314	- 54 905 189
Outros			133 071		- 1 100		- 1 100	131 971	1 149	133 120
Saldo em 30 de Junho de 2011	<u>700 000 000</u>	<u>3 131 757</u>	<u>-447 832 289</u>	<u>-11 796 937</u>	<u>68 867</u>		<u>-11 728 070</u>	<u>243 571 398</u>	<u>429 900</u>	<u>244 001 298</u>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas

O Conselho de Administração

SONAE INDÚSTRIA, S.G.P.S., S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 2010
(Montantes expressos em euros)

<u>ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</u>	<u>Notas</u>	<u>30.06.2011</u>	<u>30.06.2010</u>
Fluxos das actividades operacionais (1)		<u>10 134 857</u>	<u>- 17 106 975</u>
<u>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		335 912	69 403 526
Activos fixos tangíveis e intangíveis		2 190 694	7 997 126
Subsídios ao investimento		181 425	209 493
Dividendos		75 099	226 080
		<u>2 783 130</u>	<u>77 836 225</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis e intangíveis		10 478 209	8 670 700
		<u>10 478 209</u>	<u>8 670 700</u>
Fluxos das actividades de investimento (2)		<u>- 7 695 079</u>	<u>69 165 525</u>
<u>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</u>			
Recebimentos respeitantes a:			
Juros e proveitos similares		48 183	123 136
Empréstimos concedidos			16 833
Empréstimos obtidos		2 287 641 330	3 413 168 002
Outros		3 220 892	
		<u>2 290 910 405</u>	<u>3 413 307 971</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e custos similares		17 404 039	15 891 067
Empréstimos concedidos			23 313
Empréstimos obtidos		2 281 731 791	3 435 894 878
Dividendos		48	
Amortização de contratos de locação financeira		2 047 989	1 991 421
Outros		1 992 256	7 278 527
		<u>2 303 176 123</u>	<u>3 461 079 206</u>
Fluxos das actividades de financiamento (3)		<u>- 12 265 718</u>	<u>- 47 771 235</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		<u>- 9 825 940</u>	<u>4 287 315</u>
Efeito das diferenças de câmbio		- 56 089	- 257 415
Caixa e seus equivalentes no início do período	8	<u>3 334 720</u>	<u>6 654 807</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do período	8	<u>- 6 435 131</u>	<u>11 199 537</u>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração



SONAE INDÚSTRIA, SGPS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PARA O PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2011

(Montantes expressos em euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A SONAE INDÚSTRIA, SGPS, SA tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Apartado 1096, 4470-909 Maia, Portugal.

As acções da sociedade encontram-se admitidas à cotação na Euronext Lisbon.

As presentes demonstrações financeiras não foram objecto de revisão limitada pelo Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo da Sociedade.

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As presentes demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas com base nas políticas contabilísticas divulgadas nas notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

2.1. Bases de apresentação

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com a norma IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar. Como tal, não incluem a totalidade da informação a ser divulgada nas demonstrações financeiras consolidadas anuais, pelo que deverão ser



lidas em conjugação com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício transacto.

2.2. Alterações às normas de contabilidade

2.2.1. Alterações de aplicação obrigatória a exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2011

IAS 32 (alteração), 'Instrumentos financeiros: Apresentação – classificação de direitos emitidos'. Esta alteração refere-se à contabilização de direitos emitidos denominados em moeda diferente da moeda funcional do emitente. Se os direitos forem emitidos pro-rata aos accionistas por um montante fixo em qualquer moeda, considera-se que se trata de uma transacção com accionistas a classificar em Capitais próprios. Caso contrário, os direitos deverão ser registados como instrumentos derivados passivos.

IFRS 1 (alteração), 'Adopção pela primeira vez das IFRS'. Esta alteração permite às entidades que adoptem IFRS pela primeira vez, usufruírem do mesmo regime transitório da IFRS 7 – 'Instrumentos financeiros – Divulgações', o qual permite a isenção na divulgação dos comparativos para a classificação do justo valor pelos três níveis exigidos pela IFRS 7, desde que o período comparativo termine até de 31 de Dezembro de 2009.

IAS 24 (alteração) 'Partes relacionadas'. A alteração à norma elimina os requisitos gerais de divulgação de partes relacionadas para as entidades públicas sendo contudo obrigatória a divulgação da relação da Entidade com o Estado e quaisquer transacções significativas que tenham ocorrido com o Estado ou entidades relacionadas com o Estado. Adicionalmente a definição de parte relacionada foi alterada para eliminar inconsistências na identificação e divulgação das partes relacionadas.

Melhoria anual das normas em 2010, a aplicar maioritariamente para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2011. O processo de melhoria anual de 2010 afecta as normas: IFRS 1, IFRS 3, IFRS 7, IAS 1, IAS 27, IAS 34 e IFRIC 13.

IFRIC 14 (Alteração) 'IAS 19 - Limitação aos activos decorrentes de planos de benefícios definidos e a sua interacção com requisitos de contribuições mínimas'. Esta alteração clarifica que quando é apurado um saldo activo resultante de pagamentos antecipados voluntários por conta de contribuições mínimas futuras, o excesso positivo pode ser reconhecido como um activo.



IFRIC 19 (novo), 'Regularização de passivos financeiros com instrumentos de capital'. Esta interpretação clarifica qual o tratamento contabilístico a adoptar quando uma entidade renegoceia os termos de uma dívida que resulta no pagamento do passivo através da emissão de instrumentos de capital próprio (acções) ao credor. Um ganho ou uma perda é reconhecido nos resultados do exercício, tomando por base o justo valor dos instrumentos de capital emitidos e comparando com o valor contabilístico da dívida. A mera reclassificação do valor da dívida para o capital não é permitida.

Da aplicação destas normas e interpretações não resultaram efeitos significativos nas presentes demonstrações financeiras consolidadas.

2.2.2. Alterações publicadas de aplicação obrigatória a exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2011

IFRS 1 (alteração), 'Adopção pela primeira vez das IFRS' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2011). Esta alteração está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. Esta alteração visa incluir uma isenção específica para as entidades que operavam anteriormente em economias hiperinflacionárias, e adoptam pela primeira vez as IFRS. A isenção permite a uma Entidade optar por mensurar determinados activos e passivos ao justo valor e utilizar o justo valor como "custo considerado" na demonstração da posição financeira de abertura para as IFRS. Outra alteração introduzida refere-se à substituição das referências a datas específicas por "data da transição para as IFRS" nas excepções à aplicação retrospectiva da IFRS.

IFRS 7 (alteração), 'Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferência de activos financeiros (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2011). Esta alteração está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. Esta alteração à IFRS 7 refere-se às exigências de divulgação a efectuar relativamente a activos financeiros transferidos para terceiros mas não desreconhecidos do balanço por a entidade manter obrigações associadas ou envolvimento continuado.

IAS 12 (alteração), 'Impostos sobre o rendimento' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2012). Esta alteração está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. Esta alteração requer que uma Entidade mensure os



impostos diferidos relacionados com activos no caso de a Entidade estimar recuperar o valor líquido do activo através do uso ou da venda, excepto para as propriedades de investimento mensuradas de acordo com o modelo do justo valor. Esta alteração incorpora na IAS 12 os princípios incluídos na SIC 21, a qual é revogada.

IAS 1 (alteração), 'Apresentação de demonstrações financeiras" (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2012). Esta alteração está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. Esta alteração requer que as Entidades apresentem de forma separada os itens contabilizados como Outros rendimentos integrais, consoante estes possam ser reciclados ou não no futuro por resultados do exercício e o respectivo impacto fiscal, se os itens forem apresentados antes de impostos.

IFRS 9 (novo), 'Instrumentos financeiros – classificação e mensuração' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. A IFRS 9 refere-se à primeira parte da nova norma sobre instrumentos financeiros e prevê duas categorias de mensuração: o custo amortizado e o justo valor. Todos os instrumentos de capital são mensurados ao justo valor. Um instrumento de dívida é mensurado ao custo amortizado apenas quando a Entidade o detém para receber os fluxos de caixa contratuais e estes representam o valor nominal e juros. Caso contrário os instrumentos de dívida, são valorizados ao justo valor por via de resultados.

IFRS 10 (novo), 'Demonstrações financeiras consolidadas' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. A IFRS 10 substitui todos os princípios associados ao controlo e consolidação incluídos na IAS 27 e SIC 12, alterando a definição de controlo e os critérios aplicados para determinar o controlo. O princípio base de que o consolidado apresenta a empresa mãe e as subsidiárias como uma entidade única mantém-se inalterado.

IFRS 11 (novo), 'Acordos conjuntos' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. A IFRS 11 centra-se nos direitos e obrigações dos acordos conjuntos em vez da forma legal. Acordos conjuntos podem ser Operações conjuntas (direitos sobre activos e obrigações) ou Empreendimentos conjuntos (direitos sobre o activo líquido por aplicação do método da equivalência patrimonial). A consolidação proporcional deixa de ser permitida.



IFRS 12 (novo) – ‘Divulgação de interesses em outras entidades’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. Esta norma estabelece os requisitos de divulgação para todos os tipos de interesses em outras entidades, incluindo empreendimentos conjuntos, associadas e entidades de fim específico, de forma a avaliar a natureza, o risco e os impactos financeiros associados ao interesse da Entidade. Uma Entidade pode efectuar algumas ou todas as divulgações sem que tenha de aplicar a IFRS 12 na sua totalidade ou as IFRS 10 e 11 e as IAS 27 e 28

IFRS 13 (novo) – ‘Justo valor: mensuração e divulgação’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. A IFRS 13 tem como objectivo aumentar a consistência, ao efectuar uma definição precisa de justo valor e constituir a única fonte dos requisitos de mensuração e divulgação do justo valor a aplicar de forma transversal por todas as IFRSs.

IAS 27 (revisão 2011) ‘Demonstrações financeiras separadas’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. A IAS 27 foi revista após a emissão da IFRS 10 e contém os requisitos de contabilização e divulgação para investimentos em subsidiárias, e empreendimentos conjuntos e associadas quando uma Entidade prepara demonstrações financeiras separadas.

IAS 28 (revisão 2011) ‘Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). A IAS 28 foi revista após a emissão da IFRS 11 e prescreve o tratamento contabilístico dos investimentos em associadas e estabelece os requerimentos para a aplicação do método da equivalência patrimonial.

IAS 19 (alteração), ‘Benefícios aos empregados’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta alteração introduz diferenças significativas no reconhecimento e mensuração dos gastos com benefícios definidos e benefícios de cessação de emprego, bem como nas divulgações a efectuar para todos os benefícios concedidos aos empregados. Os desvios actuariais passam a ser reconhecidos de imediato e apenas nos “Outros rendimentos integrais (não é permitido o método do corredor). O custo financeiro dos planos com fundo constituído é calculado na base líquida da responsabilidade não fundeada.



A aplicação destas normas produzirá alterações nas políticas contabilísticas actualmente utilizadas pelo Grupo. À data de encerramento das presentes demonstrações financeiras consolidadas não era possível estimar os efeitos dessas alterações nas demonstrações financeiras do exercício em que as mesmas forem aplicadas pela primeira vez.

2.3. Conversão das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras

As cotações utilizadas na conversão para euros das contas das filiais e empresas associadas estrangeiras foram as seguintes:

	30.06.2011		31.12.2010		30.06.2010	
	Final do exercício	Média do exercício	Final do exercício	Média do exercício	Final do exercício	Média do exercício
Libra inglesa	0.9026	0.8678	0.8607	0.8571	0.8174	0.8693
Rand sul-africano	9.8571	9.6787	8.8629	9.6759	9.3809	9.9691
Dólar canadiano	1.3951	1.3699	1.3322	1.3625	1.2890	1.3675
Dólar americano	1.4453	1.4018	1.3362	1.3230	1.2271	1.3229
Franco suiço	1.2071	1.2685	1.2504	1.3774	1.3283	1.4350
Zloty polaco	3.9903	3.9521	3.9750	3.9931	4.1470	3.9997

Fonte: Bloomberg

3. ALTERAÇÃO DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Durante o período findo em 30 de Junho de 2011 a Sociedade passou a apresentar as diferenças de câmbio referentes a saldos de clientes e fornecedores, anteriormente incluídas nas rubricas de Proveitos e Custos Financeiros, nas rubricas de Outros Proveitos Operacionais e Outros Custos Operacionais da Demonstração Consolidada de Resultados. Em consequência, os respectivos montantes do período comparativo foram reapresentados.

4. EMPRESAS FILIAIS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO E EMPRESAS ASSOCIADAS

Durante o período findo em 30 de Junho de 2011 foi liquidada a subsidiária Cia. de Industria y Negocios, S. A.;

À data de 23 de Maio de 2011 foi alienada a totalidade das acções detidas na empresa associada Sonaegest.



5. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 30 de Junho de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, o movimento ocorrido no valor dos activos fixos tangíveis e intangíveis, bem como nas respectivas depreciações, amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

5.1. Activos fixos tangíveis

	30.06.2011	31.12.2010
	Total activos fixos tangíveis	Total activos fixos tangíveis
Activo Bruto:		
Saldo Inicial	2 413 275 429	2 484 154 187
Variações do Perímetro de Consolidação		- 113 578 360
Investimento	13 108 964	23 506 121
Desinvestimento	54 828 090	45 037 416
Transferências e reclassificações	- 169 846	- 732 629
Variações cambiais	- 33 599 585	64 963 535
Saldo Final	<u>2 337 786 872</u>	<u>2 413 275 438</u>
Depreciações e Perdas por Imparidade Acumuladas:		
Saldo Inicial	1 429 744 333	1 400 786 775
Variações do Perímetro de Consolidação		- 50 863 889
Depreciações do exercício	41 920 479	92 182 584
Perdas de imparidade do período	6 000	5 207 081
Desinvestimento	54 837 682	40 913 718
Reversão de Perdas de imparidade	188 469	255 271
Transferências e reclassificações	18 131	- 838 511
Variações cambiais	- 13 970 022	24 439 282
Saldo Final	<u>1 402 692 770</u>	<u>1 429 744 333</u>
Saldo final líquido	<u>935 094 102</u>	<u>983 531 105</u>

Durante os períodos findos em 30 de Junho de 2011 e 31 de Dezembro de 2010 não foram capitalizados juros suportados e outros encargos financeiros incorridos, no âmbito das condições definidas na Nota 2.9 do anexo às Demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2010.

O movimento de perdas por imparidade encontra-se detalhado na Nota 12.



5.2. Activos fixos intangíveis

	30.06.2011	31.12.2010
	Total activos fixos intangíveis	Total activos fixos intangíveis
Activo Bruto:		
Saldo Inicial	23 733 202	22 755 302
Variações do Perímetro de Consolidação		- 1 313
Investimento	2 424 863	2 295 451
Desinvestimento	1 432 377	1 019 853
Transferências e reclassificações	- 769 797	- 672 601
Variações cambiais	- 254 155	376 213
Saldo Final	<u>23 701 736</u>	<u>23 733 199</u>
Amortizações e Perdas por Imparidade Acumuladas:		
Saldo Inicial	13 613 782	10 309 045
Variações do Perímetro de Consolidação		- 252
Depreciações do exercício	1 556 526	3 115 283
Perdas de imparidade do período		
Desinvestimento		6 073
Reversão de Perdas de imparidade		18 987
Transferências e reclassificações		7 820
Variações cambiais	- 161 387	206 941
Saldo Final	<u>15 008 921</u>	<u>13 613 777</u>
Saldo final líquido	<u>8 692 815</u>	<u>10 119 422</u>

O movimento de perdas por imparidade encontra-se detalhado na Nota 12.

6. IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe dos activos e passivos por impostos diferidos em 30 de Junho de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

	Activos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
Anulação de Acréscimos e Diferimentos	102 650	102 651		
Homogeneização de Depreciações			65 705 006	69 416 213
Provisões não Aceites Fiscalmente	3 179 704	3 468 740		
Imparidade de Activos	1 908 207	1 917 159		
Prejuízos Fiscais Reportáveis	27 017 997	30 718 893		
Benefícios de Pensões	1 281 000	1 281 000		
Anulação de Activos Fixos Tangíveis	56 622	55 941		
Reavaliação de Activos Fixos tangíveis			962 043	974 305
Outros Impostos Diferidos	2 633 000	3 919 566	69 818	198 968
	<u>36 179 180</u>	<u>40 182 950</u>	<u>66 736 867</u>	<u>70 589 486</u>

Os movimentos de activos e passivos por impostos diferidos no período incluem cerca de -766 000 euros e -3 449 000 euros de efeito cambial, respectivamente.



7. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

O detalhe da rubrica Outros activos correntes da Demonstração consolidada de posição financeira à data de 30 de Junho de 2011 e 31 de Dezembro de 2010 é o seguinte:

	30.06.2011			31.12.2010		
	Valor Bruto	Imparidade	Valor Líquido	Valor Bruto	Imparidade	Valor Líquido
Instrumentos derivados	4 176 991		4 176 991	3 909 977		3 909 977
Instrumentos financeiros	4 176 991		4 176 991	3 909 977		3 909 977
Acréscimo de proveitos	3 057 784		3 057 784	2 867 985		2 867 985
Custos diferidos	6 748 661		6 748 661	4 879 655		4 879 655
Outros	11 863		11 863	6 336		6 336
Activos não abrangidos pela IFRS 7	9 818 308		9 818 308	7 753 976		7 753 976
Total	13 995 299		13 995 299	11 663 953		11 663 953

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 30 de Junho de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, o detalhe da rubrica Caixa e equivalentes de caixa da Demonstração consolidada de posição financeira era o seguinte:

	30.06.2011	31.12.2010
Numerário	73 923	67 601
Depósitos Bancários	8 168 546	9 490 694
Aplicações de Tesouraria	5 638 598	17 356 708
Caixa e Equivalentes de Caixa no Balanço (Instrumentos financeiros)	13 881 067	26 915 003
Descobertos Bancários	20 316 198	23 580 283
Caixa e Equivalentes de Caixa na Demonstração de Fluxos de Caixa	- 6 435 131	3 334 720



9. EMPRÉSTIMOS

Em 30 de Junho de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, os empréstimos tinham o seguinte detalhe:

	30.06.2011				31.12.2010			
	Custo Amortizado		Valor nominal		Custo Amortizado		Valor nominal	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empréstimos bancários	111 682 958	173 801 260	111 682 958	173 801 260	170 027 034	132 402 184	170 027 034	132 402 184
Empréstimos obrigacionistas		300 816 824		305 000 000		301 063 535		305 000 000
Credores por locações financeiras	4 532 003	41 637 525	4 532 003	41 637 525	4 468 308	43 539 714	4 468 308	43 539 714
Outros empréstimos	78 871	109 247 691	78 871	109 247 691	79 615	93 307 071	79 615	93 307 071
Endividamento bruto	116 293 832	625 503 300	116 293 832	629 686 476	174 574 957	570 312 504	174 574 957	574 248 969
Caixa e equiv. caixa no balanço	13 881 067		13 881 067		26 915 003		26 915 003	
Endividamento líquido	102 412 765	625 503 300	102 412 765	629 686 476	147 659 954	570 312 504	147 659 954	574 248 969
Endividamento líquido total	727 916 065		732 099 241		717 972 458		721 908 923	

As principais alterações ocorridas nos empréstimos foram as seguintes:

Em 31 de Março de 2011 foi celebrado pela Sonae Indústria, SGPS, S.A. um novo contrato para emissão de papel comercial. O programa tem um montante nominal máximo de EUR 50 000 000 e maturidade em 2013. À data de 30 de Junho de 2011 existiam emissões de Papel Comercial por vencer no montante de EUR 41 000 000.

Em Janeiro de 2006 foi celebrado um contrato entre a Sonae Indústria, SGPS, S.A. e um conjunto de instituições financeiras para emissão de papel comercial, posteriormente aditado em 19 de Março de 2008 e em 30 de Setembro de 2010. O programa tem um montante nominal máximo de 160 000 000 euros e vence-se a 27 de Janeiro de 2016. À data de 30 de Junho de 2011 existiam emissões de Papel Comercial por vencer no montante de EUR 70.000.000 (EUR 125 000 000 em 31 de Dezembro de 2010).

Em Julho de 2010 foi celebrado pela Tableros de Fibras S.A. um contrato para emissão de papel comercial. O programa tem um montante nominal máximo de EUR 33.000.000 e vence-se em 2011. Em 30 de Junho de 2011 as emissões relativas a este programa ascendem a EUR 16.500.000 (EUR 33 000 000 em 31 de Dezembro de 2010).



10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Em 30 de Junho de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, o justo valor de instrumentos financeiros derivados encontra-se registado como segue:

	Outros activos correntes		Outros passivos correntes	
	30.06.11	31.12.10	30.06.11	31.12.10
Derivados ao justo valor através de resultados				
"Forwards" de taxa de câmbio	4 176 991	3 909 977	444 439	4 755 438
"Swaps" de taxa de juro (cobertura de justo valor)				
Derivados ao justo valor através de reservas				
"Swaps" de taxa de juro (cobertura de fluxos de caixa)				
	<u>4 176 991</u>	<u>3 909 977</u>	<u>444 439</u>	<u>4 755 438</u>

11. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 30 de Junho de 2011 e 31 de Dezembro de 2010 a rubrica Outros passivos correntes pode ser detalhada como segue:

	30.06.2011	31.12.2010
Accionistas	27 768	25 628
Instrumentos financeiros derivados	444 439	4 755 438
Adiantamentos de clientes	19 940	22 820
Fornecedores de imobilizado	4 943 730	2 406 602
Outros credores	<u>2 098 414</u>	<u>4 935 824</u>
Instrumentos financeiros	7 534 291	12 146 312
Outros credores	3 752 057	4 552 847
Custos a pagar:		
Seguros	431 965	129 030
Custos com o pessoal	28 077 955	28 474 717
Encargos financeiros	3 757 803	3 016 520
Descontos de quantidade	22 655 864	20 395 295
Fornecimentos e serviços externos	19 070 856	17 826 640
Outros	16 239 666	9 880 528
Proveitos diferidos:		
Subsídios ao investimento	6 587 749	5 990 294
Outros	<u>1 510 513</u>	<u>238 639</u>
Passivos não abrangidos pela IFRS 7	102 084 428	90 504 512
Total	<u>109 618 719</u>	<u>102 650 824</u>



12. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

Os aumentos e diminuições ocorridos nas provisões e nas perdas por imparidade acumuladas durante o período findo em 30 de Junho de 2011 foram os seguintes:

Rubricas	30.06.2011						Saldo final
	Saldo inicial	Varição cambial	Varição de perímetro	Aumento	Utilização	Outras Variações	
Perdas de imparidade acumuladas em activos fixos tangíveis	32 812 587	- 365 998		6 000	188 469	- 32 373	32 231 747
Perdas de imparidade acumuladas em activos fixos intangíveis	19 242						19 242
Perdas de imparidade acumuladas em outros activos não correntes	10 931 180						10 931 180
Perdas de imparidade acumuladas em clientes	20 632 744	- 568 543		5 791 207	2 322 297	- 938 686	22 594 425
Perdas de imparidade acumuladas em outras dívidas de terceiros	19 628						19 628
Subtotal perdas por imparidade	64 415 381	- 934 541		5 797 207	2 510 766	- 971 059	65 796 222
Provisões para processos judiciais em curso	6 956 923			556 431	2 009 310	- 3 568	5 500 476
Provisões para garantias a clientes	748 934	757		94 848			844 539
Provisões para reestruturações	4 588 276			676 241	1 934 887		3 329 630
Outras provisões	3 338 953	- 2 660		27 715 477	34 293	- 58 465	30 959 012
Subtotal provisões	15 633 086	- 1 903		29 042 997	3 978 490	- 62 033	40 633 657
Subtotal perdas por imparidade e provisões	80 048 467	- 936 444		34 840 204	6 489 256	- 1 033 092	106 429 879
Perdas de imparidade acumuladas em investimentos	37 005 996						37 005 996
Perdas de imparidade em existências	11 407 862	- 97 498		2 743 887	3 270 015		10 784 236
Total	128 462 325	- 1 033 942		37 584 091	9 759 271	- 1 033 092	154 220 111

Os aumentos e diminuições de provisões e perdas por imparidade encontram-se incluídos nas seguintes rubricas da Demonstração consolidada de resultados:

	30.06.2011	
	Perdas	Ganhos
Custo das vendas	782 277	1 114 028
Outros proveitos operacionais		6 489 256
Varição da produção	1 961 610	2 155 987
Provisões e perdas por imparidade	34 840 204	
Total	37 584 091	9 759 271

Em Março de 2009 as subsidiárias Glunz AG e GHP GmbH, juntamente com outros produtores alemães de painéis derivados de madeira, foram objecto de inspecções realizadas pela Autoridade da Concorrência Alemã (*Bundeskartellamt*). Em Março de 2010, aquelas sociedades do Grupo receberam uma nota de ilicitude por alegada violação das leis de concorrência.

As referidas subsidiárias ajustaram com a Autoridade da Concorrência Alemã os termos de um acordo (*settlement*), que porá fim ao processo de investigação em curso no mercado alemão dos painéis de madeira. O referido *settlement* – que apenas produzirá os seus efeitos quando a Autoridade da Concorrência Alemã adoptar uma decisão final no referido processo – implica a assunção, pela Glunz AG, da obrigação de pagamento de uma coima a definir, mas que não excederá 27,7 milhões de euros, a liquidar em seis prestações anuais crescentes, sendo as duas



primeiras no valor de dois milhões de euros. A estas acrescerá ainda uma sétima prestação, para pagamento de juros.

Em consequência, nas presentes demonstrações financeiras consolidadas foi registada uma provisão no montante de 27,7 milhões de euros.

13. OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS

A rubrica Outros proveitos operacionais da Demonstração consolidada de resultados dos períodos findos em 30 de Junho de 2011 e 2010 detalha-se como segue:

	30.06.2011	30.06.2010	30.06.2010 Reapresentado
Ganhos na alienação de investimentos não correntes		8 476 008	8 476 008
Ganhos na alien. e abate de prop. Invest., activos tang. e intang.	458 613	2 438 046	2 438 046
Proveitos suplementares	3 677 425	1 762 409	1 762 409
Subsídios ao investimento	3 167 787	3 250 345	3 250 345
Restituição de impostos	2 576 615	1 848 002	1 848 002
Reversão de perdas por imparidade	2 510 766	987 473	987 473
Ganhos em provisões	3 978 490	22 019 196	22 019 196
Outros	3 900 344	4 155 571	5 611 808
	<u>20 270 040</u>	<u>44 937 050</u>	<u>46 393 287</u>

14. OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS

A rubrica Outros custos operacionais da Demonstração consolidada de resultados dos períodos findos em 30 de Junho de 2011 e 2010 tinha a seguinte decomposição:

	30.06.2011	30.06.2010	30.06.2010 Reapresentado
Impostos	3 903 977	4 565 570	4 565 570
Perdas na alien. e abate de prop. Invest., activos tang. e intang.	60 523	879 308	879 308
Outros	3 035 428	2 015 104	2 932 776
	<u>6 999 928</u>	<u>7 459 982</u>	<u>8 377 654</u>



15. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos períodos findos em 30 de Junho de 2011 e 2010 têm a seguinte composição:

	<u>30.06.2011</u>	<u>30.06.2010</u>	<u>30.06.2010</u>
			<u>Reapresentado</u>
Custos e perdas:			
Juros suportados			
relativos a descobertos e empréstimos bancários	5 511 165	3 166 085	5 064 942
relativos a obrigações não convertíveis	5 972 837	3 094 239	3 094 239
relativos a contratos de locação financeira	2 170 606	2 404 283	2 404 283
relativos a empréstimos cobertos (derivados de cobertura)		825 570	825 570
outros	<u>97 930</u>	<u>2 060 859</u>	<u>162 002</u>
	13 752 538	11 551 036	11 551 036
Diferenças de câmbio desfavoráveis			
relativas a clientes		228 790	
relativas a fornecedores		688 881	
relativas a empréstimos	9 623 398	1 553 753	1 553 753
outras		<u>184 992</u>	<u>184 992</u>
	9 623 398	2 656 416	1 738 744
Descontos de pronto pagamento concedidos	7 442 219	7 502 725	7 502 725
Ajustamento para o justo valor de instr. financ. registados ao justo valor através de resultados	6 076 641	25 535 900	25 535 900
Perdas na valorização de instrum.derivados de cobertura		1 054 598	1 054 598
Justo valor da parte ineficiente dos derivados de cobertura			
Outros custos e perdas financeiras	<u>4 018 615</u>	<u>2 771 567</u>	<u>2 771 567</u>
	<u>40 913 411</u>	<u>51 072 242</u>	<u>50 154 571</u>
	<u>30.06.2011</u>	<u>30.06.2010</u>	<u>30.06.2010</u>
			<u>Reapresentado</u>
Proveitos e ganhos:			
Juros obtidos			
relativos a depósitos bancários	64 362	5 773	5 773
relativos a empréstimos com empresas relacionadas			
outros	<u>2 254</u>	<u>98 189</u>	<u>98 189</u>
	66 616	103 963	103 963
Diferenças de câmbio favoráveis			
relativas a clientes		574 250	
relativas a fornecedores		881 987	
relativas a empréstimos	3 111 409	18 776 543	18 776 543
outras		<u>377 579</u>	<u>377 579</u>
	3 111 780	20 610 359	19 154 122
Descontos de pronto pagamento obtidos	1 143 911	1 044 847	1 044 847
Ajustamento para o justo valor de instr. financ. registados ao justo valor através de resultados	11 904 240	6 830 261	6 830 261
Ganhos na valorização de instrum. derivados de cobertura		34 410	34 410
Outros proveitos e ganhos financeiras		<u>144 127</u>	<u>144 127</u>
	<u>16 226 547</u>	<u>28 767 967</u>	<u>27 311 729</u>
Resultados financeiros	<u>- 24 686 864</u>	<u>- 22 304 274</u>	<u>- 22 842 841</u>



16. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos períodos findos em 30 de Junho de 2011 e 2010 são detalhados como segue:

	<u>30.06.2011</u>	<u>30.06.2010</u>
Imposto corrente	941 046	1 150 613
Imposto diferido	<u>2 833 722</u>	<u>1 277 020</u>
	<u>3 774 768</u>	<u>2 427 633</u>

17. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

A actividade principal do Grupo consiste na produção de painéis aglomerados de madeira e produtos derivados destes, através de instalações fabris e comerciais localizadas em Portugal, Espanha, França, Alemanha, Reino Unido, Suíça, Países Baixos, Canadá e África do Sul.

Os segmentos relatáveis identificados para o período findo em 30 de Junho de 2010 são os seguintes:

- Península Ibérica;
- Europa Central
 - França;
 - Alemanha;
 - Reino Unido;
- Resto do Mundo
 - Canadá;
 - África do Sul;
- Restantes segmentos.

Os segmentos não relatáveis são incluídos na rubrica Restantes segmentos.



Segmentos	Volume de negócios					
	Externo			Intragrupo		
	30.06.2011	30.06.2010	30.06.2010	30.06.2011	30.06.2010	30.06.2010
		Reapresentado			Reapresentado	
Península Ibérica	180 285 121	170 240 748	170 240 748	6 050 418	4 048 450	4 048 450
Europa central						
França	56 102 352	50 834 174	50 834 174	24 934 344	27 069 716	27 069 716
Alemanha	204 107 023	178 903 852	187 928 813	80 642 731	70 943 557	46 455 635
Reino Unido	28 620 466	31 660 111	31 660 111			
Resto do mundo						
Canadá	71 448 673	75 150 069	75 150 069			
África do Sul	52 733 786	48 611 314	48 611 314			
Restantes segmentos	114 615 578	89 937 162	80 912 201	73 055 703	44 074 528	68 562 450
Total dos segmentos	707 912 999	645 337 430	645 337 430	184 683 196	146 136 251	146 136 251

Segmentos	Resultado operacional		
	30.06.2011	30.06.2010	30.06.2010
			Reapresentado
Península Ibérica	5 381 399	1 582 682	1 582 682
Europa central			
França	- 6 563 596	- 16 977 951	- 16 977 951
Alemanha	- 19 745 645	- 15 236 158	- 14 479 164
Reino Unido	- 3 177 548	- 371 597	- 371 597
Resto do mundo			
Canadá	514 549	3 458 958	3 458 958
África do Sul	6 835 752	6 728 106	6 728 106
Restantes segmentos	- 968 001	- 2 205 743	- 2 962 737
Total dos segmentos	- 17 723 091	- 23 021 703	- 23 021 703
Empresas excluídas do perímetro de consolidação de gestão	739 998	1 012 471	
Ajustamento às depreciações		1 912 522	
Mais-valias realizadas na alienação de investimentos financeiros		5 877 895	
Diferenças em especialização de custos		- 1 600 000	
Outros	- 209 604	- 781 835	
Total dos segmentos após ajustamentos	- 17 192 697	- 16 600 651	
Resultado operacional (Demonstração consolidada de resultados)	- 17 192 697	- 16 600 651	

Durante o período findo em 30 de Junho de 2011 o Grupo efectuou uma alteração da composição dos segmentos, razão pela qual é reapresentada a informação do período comparativo.

18. Contingências

No dia 10 de Junho do corrente ano ocorreu um incêndio na subsidiária Sonae Industria (UK), Limited, que inutilizou os edifícios e equipamentos afectos ao armazenamento de madeira reciclada limpa e à preparação de partícula de madeira. Em consequência, a empresa ficou privada de capacidade de produção de painéis de aglomerado de partículas.



Esta limitação tem vindo a ser colmatada com recurso a importações provenientes de outras subsidiárias do Grupo, o que tem permitido a prossecução das restantes fases dos processos produtivos instalados nesta unidade industrial.

Os danos causados pelo sinistro, designadamente, os activos afectados e as limitações operacionais, encontram-se cobertos por apólice de seguro contra danos patrimoniais e perdas de exploração, segundo a qual a Sociedade será indemnizada pelo montante correspondente à aquisição ou reparação de activos necessários para repor a capacidade operacional da empresa, bem como pelo montante de perdas de exploração incorridas em consequência das limitações operacionais existentes, deduzidos de uma franquia global de 1 000 000 euros.

Nas datas de encerramento e de emissão das presentes demonstrações financeiras consolidadas não tinha sido possível efectuar uma avaliação do valor recuperável dos activos afectados pelo sinistro, razão pela qual não foi registada qualquer perda por imparidade nem a correspondente indemnização por danos patrimoniais.

19. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 28 de Julho de 2011.